

CONTRATO Nº 286/2026
PROCESSO: 2026015972
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90036/2026

Termo de Contrato que entre si fazem a Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão e a Empresa Sinalceu Sinalização – Máquinas para Sinalização Viária Ltda. - ME.

CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE CATALÃO (GO) - SMTC, inscrito no CNPJ nº. 03.587.439/0001-50, com sede à Rua Presidente Médici, nº 185, Bairro Santa Cruz, em Catalão, Goiás, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) **RONALDO PEREIRA ROSA**, brasileiro(a), casado(a), portador do CPF nº 377.872.841-53, residente e domiciliado na cidade de Catalão, Goiás.

CONTRATADA: O(A) SINALCEU SINALIZAÇÃO – MÁQUINAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA - ME inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 25.531.496/0001-50, sediado(a) na Rua Apucarana, nº 1181, Emiliano Pernetá, em Pinhais, Paraná, CEP: 83.324-450, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Alceu José da Silveira, inscrito no CPF sob o nº 456.607.199-53, residente e domiciliado em Pinhais, Paraná.

Tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 2026015972 – Pregão Eletrônico n.º 90036/2026** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 1.877, de 20 de março de 2023, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 79 de 12 de setembro de 2024, Instrução Normativa do Tribunal de Contas dos Municípios Goianos – TCM/GO n.º 0009/2023 e Instrução Normativa Municipal nº 001/2026, da legislação complementar aplicável, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de um veículo espécie carga tipo Veículo Urbano de Carga - VUC chassi cabine automotor, novo, zero km, e um conjunto operacional de pintura de sinalização viária, incluindo o fornecimento dos equipamentos, montagem/implementação sobre o chassi, entrega técnica, treinamento e garantia integral, visando atender as demandas da Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório (**Pregão nº 90036/2026**) e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, **período de 18/06/2026 a 18/06/2027.**

2.2. Este contrato poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo, antes de seu vencimento.

2.3. As alterações neste instrumento contratual que forem necessárias para a plena execução de suas finalidades, deverão obedecer aos ditames legais contidos no art. 124 e seguintes da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sempre devidamente fundamentadas e autorizadas pelas partes integrantes do presente pacto.

2.4. A realização do objeto será iniciada após a assinatura deste contrato e emissão da ordem de serviço ou fornecimento, estipulando-se como prazo aquele descrito no Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor total da contratação é de **R\$ 224.990,00 (duzentos e vinte e quatro mil e novecentos e noventa reais).**

| Item | Descritivo do Item | Unidade de Medida | Marca | Quantidade | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|------|---|-------------------|----------------------------|-----------------------------|----------------------|-------------------|
| 02 | <p><u>DESCRIÇÃO DO CONJUNTO OPERACIONAL:</u></p> <p>Conjunto de sinalização (letreiros de LED, setas e faixas refletivas) na parte traseira. Na parte dianteira superior (teto da cabine do veículo), sinalizador linear em LED's montado em perfil de alumínio ou outro material de alta resistência mecânica; LED's com no mínimo 1W (altíssimo brilho), 40 lm cada, distribuídos equitativamente por toda a extensão do sinalizador permitindo visualização em um ângulo de 360°, sem que haja pontos cegos, dotado de lente colimadora de engenharia que intensifica o efeito visual do equipamento; Sistema de controle central único, comandado por micro controlador digital, capaz de gerar diversas funções para sinalização de trânsito com sequências de lampejos luminosos de altíssima frequência; Tensão de alimentação: 12V; A estrutura deverá ficar devidamente fixada no teto da cabine do veículo de forma centralizada. No</p> | Conjunto | Sinalceu – Modelo MSV2/150 | 21 itens compõem o conjunto | 224.990,00 | 224.990,00 |

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| <p>teto do veículo deverão ser instaladas lâmpadas para trabalho noturno. Faixas refletivas nas laterais e traseira do equipamento de acordo com as normas vigentes.</p> <p>1) 02 (dois) Reservatórios para tinta em Aço Inox galvanizado a fogo com capacidade de 150 (cento e cinquenta) litros cada, fabricado sobre normas NR-13, pressurizado, com todos dispositivos de segurança. Tampas dos tanques com no mínimo 360 (trezentos e sessenta) mm de diâmetro, estampadas em chapa de ¼” monobloco, fixadas com seis presilhas anatômicas que dispensem uso de ferramentas e vedação em borracha viton, bocal de alimentação com peneira estampada em aço. Misturadores Hidráulicos individuais com funcionamento independente para cada tanque de tinta, com regulagem de velocidades e sentido de rotação com tubulação independente que permita pintar com duas cores, na saída de tinta filtros para tinta que possibilite a limpeza sem a necessidade de desmontagem Filtros no circuito das tintas para evitar grumos e impurezas no interior das Pistolas.</p> <p>2) 01 (um) Reservatório auxiliar em aço Inox galvanizado a fogo para microesferas de vidro, fabricado sobre normas NR-13, capacidade mínima de 40 (quarenta) quilos, pressurizado, válvulas de segurança, tampa dos tanques com um diâmetro mínimo de 260 mm, estampada a frio em chapa de Aço com ¼” de espessura, fixada com três presilhas anatômicas que dispensem o uso de ferramentas e vedação em borracha nitrílica, bocal de alimentação com peneira estampada em aço.</p> <p>3) 01 (um) tanque para Solvente pressurizado, com aproximadamente 10 (dez) litros, para armazenar solvente com todos os dispositivos de segurança, para Solvente, em aço carbono, destinado para limpeza</p> | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| <p>automática das pistolas e encanamento de tinta destinado a limpeza automática das pistolas de pintura e encanamento de tinta.</p> <p>4) 01 (um) Reservatório pressurizado em aço galvanizado a fogo, com capacidade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) kg; para Micro Esferas de Vidro; com saída apropriada para alimentar os espalhadores de microesfera de vidro, com válvulas de segurança, manômetros e bocal de alimentação com peneira;</p> <p>5) 01 (um) Pulmão de Ar em aço (inox ou carbono) compatível com o compressor.</p> <p>6) 03 (três) Aplicador (pistola mecânica) de tinta especial para demarcação de faixas rodoviárias, contínuas ou seccionadas, desenhado para ser utilizado em máquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em latão e inox, com bico intercambiável em metal duro ou em RCC e tungstênio, controle pneumático de abertura e fechamento. O fluxo de ar de abertura de atomização e o de material de pintura deverão ser totalmente independentes, com largura de 0,10 cm a 0,30cm.</p> <p>7) 01 (um) Aplicador (pistola manual) de tinta especial para demarcação de faixas de rodovias, ciclovias, lombadas, letras, zebrados, bordos, setas, símbolos e meio fio, desenhado para ser utilizado em máquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em metal leve e tubulação em inox, bico em metal duro ou em RCC e tungstênio, cabo longo, no mínimo 550 mm, desenvolvido para proporcionar comodidade e conforto ao aplicador, cujo peso não exceder 1,2 kg (um quilo e duzentas gramas); Essas Pistolas manuais longas, duplo estágio, servem para pintura de guias de sarjetas, legendas, passagem de pedestres, postes, muros, setas, legendas e demais serviços manuais,</p> | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| <p>especialmente desenvolvida para esta finalidade. Corpo da pistola fabricado em material leve e tubulação em aço inox comando com duplo estágio sendo um somente para ar (limpezas) e um para pulverizar a tinta. Bicos para pintura em RCC e tungstênio temperado para alta resistência à abrasão, Oring's em material viton para resistência ao solvente, Cabo longo com 550 mm de comprimento para o operador trabalhar em pé, ergonomicamente correto, aumentando o rendimento e não prejudicando sua coluna dorsal. Não excede a um quilo e duzentos gramas de peso, conectada com 10 metros de mangueira flexível de duplo conduto (Ar/Tinta) resistente ao solvente.</p> <p>8) 03 (três) Aplicador (espalhador), pressurizado para aspersão de microesferas de vidro, em faixas continua ou seccionadas, para utilização em máquinas ou veículos de sinalização viária. Deve possuir sistema especial de fechamento, que permite a carga de microesferas de vidro, por gravidade ou pressão, com bico para regulagem do leque;</p> <p>9) 1 (um) Programador de Cadencias, com medidas variáveis, ilimitadas podendo fazer qualquer medida tanto pintada quanto vazia e capaz de soltar os jatos de tintas na forma da regulagem, sem necessidade de um operador abrir ou fechar manualmente. Com tecnologia Smart Stop: Que desliga automaticamente a pistola quando o equipamento de demarcação para de se movimentar; Sempre que o sentido de deslocamento do equipamento é alterado, o programador identifica a mudança evitando que as configurações e medidas da pintura sejam alteradas. E também dá a opção de saber quantos metros lineares foram pintados no final do dia de trabalho (totalizador).</p> | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| <p><u>Segue especificação do programador de cadências:</u></p> <p>Programação - 1 pistola Visores - 2(45x23mm) Delay - elétrica Frequência carga resistiva - 10 Hz/MHz Frequência carga indutiva - 10 Hz/MHz Tempo de ciclo - >0,1 TC (40 Hz/MHz) Entrada e Saída - 35 I/OS, todas rápidas (acima de 5khz) Entrada e Saída - 35 I/OS, todas rápidas (acima de 5khz) Encoder - em aço galvanizado, pintura epóxi Pulsos por ciclo - 40 Medidas Fixas - 10 Sensores - óticos (PNP Superior a 4mm) Contador de alta precisão - 16 bits e 32 bits para cálculos Resolução - inferior a 1 segundo.</p> <p>10) 01 (um) motor estacionário de 27 CV Diesel, que suporte trabalhos de pintura de 12 (doze) horas intercaladas, compatível com o compressor de ar referido abaixo;</p> <p>11) 01 (um) Compressor de ar de, no mínimo, 60 PCM, 3 (três) cilindros, pressão 120 (cento e vinte) libras/polegadas, estágio refrigerado a ar, baixa pressão, lubrificação por pescador, filtro de ar na admissão que permite a utilização de martetele pneumático para implantação de tachas e tachões, que permita também a utilização de soprador para limpeza das áreas a serem pintadas; contudo esse Conjunto Moto Compressor possui Motor a diesel, capacidade mínima de 23HP, 3.600 RPM, 3 cilindros, refrigerado água, partida elétrica; Compressor Parafuso ou Pistão capacidade mínima 60 PCM, dotado de filtros na admissão e dois Radiadores, um para o óleo compressor e um para refrigerar todo o ar comprimido.</p> | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| <p>12) 01 (um) Estrutura em aço carbono para acomodação dos equipamentos, dotada de luz interna para iluminação dos tanques e pistola mecânica, porta cones na porta traseira da carroceria, compartimento fechado para guarda de ferramentas e porta gabaritos. Sinalização luminosa do tipo Giroflex traseira e dianteira com sistema elétrico 12 volts;</p> <p>13) 01 (um) Carrinho mecânico hidráulico, no eixo em aço carbono, com volante hidráulico para direcionamento de 02 pistolas mecânica, e 02 espalhadores. Carrinho MANUAL no bordo para uma pistola mecânica e um espalhador.</p> <p>14) 02 (dois) Conjuntos montados com saídas transversais para as laterais da plataforma, com movimentos direcionais horizontais comandados hidraulicamente através de volantes automotivos instalados estrategicamente à disposição do (s) operador (es), servindo inclusive para compensar alguma diferença de alinhamento. Todas as articulações são rolamentadas, tanto horizontais quanto verticais, não havendo nenhuma parte deslizante de ferro com ferro, evitando desgastes e folgas prematuras e indesejadas. Permite abertura total de operação de até 3.000mm entre pistolas para pintura simultânea. Movimento vertical para levantar (recolher) e baixar para posição de trabalho dos conjuntos de pintura feitos por sistema pneumático, com acionamento junto ao próprio conjunto, não havendo necessidade de desmontagens ao final do turno ou deslocamentos. Esteiras rolantes para suporte das mangueiras. Válvulas de abertura e fechamento das tintas e do solvente. LADO ESQUERDO: (EIXO) 02 (duas) pistolas mecânicas especiais para pintura de pavimento, fabricada em alumínio e inox, com bico intercambiável em RCC e tungstênio temperado para alta resistência à</p> | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| <p>abrasão, sistema de comando eletropneumático à distância pelo automático intercalador ou manual, vedação em borracha viton, a regulagem da altura das pistolas (largura da faixa) através de fuso que dispensa uso de ferramentas. Uma das Pistolas deverá estar ligada direto com os dois tanques para facilitar a troca e pintura de duas cores.</p> <p>02 (dois) espalhadores para microesferas de vidro, genuinamente nacionais, que recebam o material pressurizado e pulverizem-no com pequena pressão de ar.</p> <p>LADO DIREITO: (BORDO)</p> <p>01 (uma) pistola mecânica especial para pintura de pavimento, fabricada em alumínio e inox, com bico intercambiável em RCC e tungstênio temperado para alta resistência à abrasão, sistema de comando eletropneumático à distância pelo automático intercalador ou manual, vedação em borracha viton, a regulagem da altura das pistolas (largura da faixa) através de fuso que dispensa uso de ferramentas.</p> <p>01 (um) Espalhador para microesferas de vidro, genuinamente nacionais, que recebam o material pressurizado e pulverizem-no com pequena pressão de ar.</p> <p>15) 02 (dois) Válvula de segurança compatível com o compressor.</p> <p>16) 01 (um) Mangueira hidráulica R2 de tinta viária a base de solvente com comprimento mínimo de 10 metros e configurações mínimas de ½ x 2 mm;</p> <p>17) 01 (um) Mangueira de ar de no mínimo 10 metros com espessura mínima de 1,5 mm.</p> <p>18) 01 (um) Tanque de óleo hidráulico com capacidade de 40 litros.</p> | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|-------------------|
| <p>19) 01 (um) Bomba hidráulica compatível com a necessidade do bom funcionamento do equipamento.</p> | | | | | |
| <p>20) 01 (um) Plataforma montada sobre o chassi com medidas mínimas de 2800mm x 1900mm x 2000mm de altura, montada com perfis tubos, chapas lisas e corrugadas para pisos, escada, todo material em aço 1010 x 1020, acabamento final em pintura epóxi eletrolítico na cor indicada pelo município, piso em chapa 1020.</p> | | | | | |
| <p>21) 01(um) Carroceria metálica com armário escada, tampão traseiro, tendo suporte traseiro retrátil para recolhimento de cones. A carroceria deverá vir com estrutura metálica para acomodação dos equipamentos, dotada de luz interna para iluminação dos tanques e pistola mecânica, compartimento fechado para guardar ferramentas e porta gabaritos, conter cobertura para a proteção do operador, escada, tampão traseiro, tendo suporte traseiro retrátil para recolhimento de cones, guarda corpo para proteção, sinalização luminosa do tipo Giroflex traseira e dianteira com sistema elétrico 12 volts. A carroceria e a plataforma devem receber tratamento adequado proporcionando maior durabilidade e qualidade. A cor será indicada pelo Município.</p> | | | | | |
| VALOR TOTAL (R\$) | | | | | 224.990,00 |

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Catalão, por meio da Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão – SMTC, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Projeto de Atividade: Manutenção da Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão.

Dotação Orçamentária: 05.0501.06.181.4309.4282.449052

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento definitivo, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, contendo o detalhamento do objeto entregue, devidamente atestada por agente responsável pelo recebimento, através de Depósito Bancário ou Chave PIX, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Embora o prazo de **até 15 (quinze) dias** para pagamento, contado do recebimento definitivo, esteja adequado e alinhado às boas práticas administrativas, entende-se necessária a complementação do instrumento convocatório/contratual com a definição clara do **fluxo procedimental de execução da despesa**, de modo a assegurar maior transparência, controle e segurança jurídica.

5.3. Assim, recomenda-se que o pagamento esteja condicionado ao cumprimento das seguintes etapas: **entrega do objeto, recebimento provisório** pelo fiscal do contrato (para verificação inicial da conformidade), **recebimento definitivo** pela comissão ou servidor designado (após a confirmação do pleno atendimento às especificações técnicas), **liquidação da despesa** (com a devida conferência documental, atesto da nota fiscal e verificação da regularidade fiscal da contratada) e, por fim, a **autorização e efetivação do pagamento**.

5.4. Adicionalmente, é recomendável a previsão de **cronograma físico-financeiro**, ainda que simplificado, vinculando os marcos de execução às etapas de pagamento, bem como a inclusão de cláusula expressa que discipline a possibilidade de **glosa parcial**, nos casos em que houver entrega em desconformidade parcial com o contratado, permitindo à Administração efetuar o pagamento proporcional à parcela efetivamente aceita, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.5. Por fim, sugere-se a atribuição clara de responsabilidades e prazos para cada etapa do fluxo (fiscal do contrato, gestor e comissão de recebimento), garantindo maior eficiência no acompanhamento da execução contratual e previsibilidade quanto à liberação dos pagamentos, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e controle da despesa pública.

5.5.1. Para execução do pagamento o fornecedor deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, o nome do banco, o número de sua conta corrente e agência Bancária ou Chave PIX, bem como o número da Ordem de Fornecimento – OF.

5.5.2. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Catalão.

5.6. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outros de responsabilidade da empresa fornecedora.

5.7. Para fazer jus ao pagamento a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS.

5.8. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, observado o disposto no Parágrafo 3º do Art. 75 do Decreto Municipal nº 1877/2023.

5.9. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens ou à prestação de serviços.

5.10. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, desde que comprovadamente decorrentes de responsabilidade da Administração Pública, o valor devido será atualizado monetariamente, bem como poderão incidir juros moratórios, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, aplicando-se os índices oficiais adotados pela Administração Pública, proporcionalmente ao período de atraso.

5.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. O reajuste será devido após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, nos termos da legislação vigente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, poderá ser exigida da contratada, previamente à assinatura do contrato, a prestação de **garantia de execução**, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a até **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE FORNECIMENTO / PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

8.1. O regime de fornecimento é integrado com entrega em etapas.

O cronograma de execução, com prazo total de **90 dias corridos** a partir da Nota de Empenho, deve ser subdividido para garantir a rastreabilidade da integração da solução.

- **Fase 1: Entrega do Veículo Chassi:** A contratada deve disponibilizar o veículo tipo VUC novo (zero km) para o início do processo de implementação. O transporte do caminhão até o local de instalação é de inteira responsabilidade da empresa vencedora dos equipamentos.
- **Fase 2: Instalação e Adaptação:** Corresponde ao período de montagem do conjunto operacional de pintura sobre o chassi, seguindo rigorosamente as diretrizes do manual de instruções e normas técnicas (como a NR-13 para reservatórios).

- **Fase 3: Testes e Validação:** Antes da entrega final, a contratada deve realizar testes de campo em via pública definida pela Administração para comprovar o perfeito funcionamento do conjunto integrado.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 São obrigações da **CONTRATADA**:

9.1.1. Manter, durante o período de vigência da contratação, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Catalão, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

9.1.2 Assinar o documento de contratação, devendo firmá-lo e devolvê-lo no prazo **de até 5 (cinco) dias úteis após a convocação**, através do e-mail sec.provisao@catalao.go.gov.br ou diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Catalão pelo telefone (64) 3441-5000.

9.1.3. Providenciar a entrega dos produtos nos endereços indicados na Ordem de Fornecimento – OF, conforme solicitações por parte do requisitante e exigências deste Termo de Referência, obedecendo ao prazo de fornecimento estabelecido.

9.1.3.1. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar a de acordo com as especificações e instruções deste Termo de Referência, sendo que o transporte até o (s) local (is) de entrega correrá exclusivamente por conta da empresa **CONTRATADA**, com força de trabalho própria e as suas expensas, bem como o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

9.1.4. Substituir, sempre que exigido pela **CONTRATANTE** e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

9.1.5. Garantir os produtos contra defeitos de fabricação e também contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

9.1.5.1. A **CONTRATADA** deverá garantir os produtos pelo prazo mínimo legal estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), quando outro não estiver especificado no descritivo técnico do objeto.

9.1.6. Fornecer produtos de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

9.1.7. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização nos locais indicados na Ordem de Fornecimento – OF conforme quantitativos dos produtos solicitados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

9.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, nos termos do Art. 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.8.1. Não transferir para a **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior quando houver inadimplência do **CONTRATADO**, nem mesmo poderá onerar o objeto deste instrumento.

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo fornecimento do objeto do presente instrumento e por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE**.

9.1.9.1. Fornecer, sempre que solicitados pela **CONTRATANTE**, os comprovantes do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias e sociais dos empregados alocados no fornecimento do objeto.

9.1.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes do fornecimento, no prazo designado pela **CONTRATANTE**, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município, sendo que se a reparação, correção, remoção, reconstrução ou a substituição dos produtos não for realizada no prazo máximo designado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste instrumento e na Lei.

9.1.10.1 Relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência ou irregularidade verificada no decorrer do fornecimento do objeto.

9.1.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), causados diretamente à Administração ou a terceiros e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**, ficando a Prefeitura Municipal de Catalão autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.11.1 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente instrumento.

9.1.12. Ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados, caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

9.1.13. Atender prontamente as orientações e exigências do agente de fiscalização, devidamente designado, inerentes à execução do objeto contratado.

9.1.13.1 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como

aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

9.1.14. Manter preposto aceito pela Administração nos horários e locais da obra ou do serviço para representá-la na execução do objeto, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

9.1.15. Emitir as Notas Fiscais no valor pactuado, apresentando-a a **CONTRATANTE** para ateste e pagamento.

9.1.16. Apresentar os documentos fiscais em conformidade com a legislação vigente.

9.1.17. Manter, durante a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.18. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto deste instrumento sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

9.1.19. Guardar sigilo sobre as informações obtidas em decorrência do cumprimento do objeto.

9.1.20 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões do objeto, observando, no que couber, o disposto nos Art. 124 a 130, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.21. Objetivando garantir a excelência dos fornecimentos ou da execução dos serviços, aliados a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados, as partes concordam com a assunção das seguintes cláusulas contratuais:

I - Em razão dos fornecimentos ou dos serviços contratados e por figurar na posição de operadora, nos termos do art. 5º, VII, da lei 13.709/18, a **CONTRATADA** se compromete a prestar os fornecimentos ou a executar os serviços, como também utilizar os dados pessoais a que tem acesso, única e exclusivamente para o desenvolvimento das necessidades do escopo da relação comercial com a Prefeitura Municipal de Catalão durante a vigência da relação comercial ou até a revogação do consentimento.

II - A **CONTRATADA** e seus colaboradores devem honrar o dever de sigilo das informações que têm acesso durante a vigência da relação comercial, mesmo após o término do vínculo, seja por meio físico, mídia eletrônica e até oralmente.

III - Eventuais informações confidenciais repassadas à **CONTRATADA** somente poderão ser abertas a terceiros mediante consentimento prévio e por escrito da Prefeitura Municipal de Catalão ou por determinação judicial. Da mesma forma, se compromete a **CONTRATADA** a prestar mútua colaboração e a informar a Prefeitura Municipal de Catalão em prazo não superior a 48 horas na eventualidade de ocorrência de incidente de segurança da informação com os dados pessoais tratados, bem como já informar as medidas técnicas adotadas com o objetivo de mitigar os danos.

IV - Fica ciente a **CONTRATADA** da necessidade de eliminar o mais breve possível as informações a que tiver acesso após a conclusão da prestação dos fornecimentos ou da execução dos serviços à Prefeitura Municipal de Catalão, somente mantendo armazenadas informações necessárias a cumprir exigências legais.

9.1.22. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1.23.** Emitir Ordem de Fornecimento – OF para o fornecimento dos produtos pela **CONTRATADA**.
- 9.1.24.** Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto deste instrumento.
- 9.1.25.** Franquear o acesso à **CONTRATADA** aos locais necessários à execução do fornecimento.
- 9.1.26.** Comunicar a **CONTRATADA** por escrito de eventuais ocorrências, imperfeições, falhas e/ou irregularidades detectadas no curso da execução do fornecimento, fazendo constar na comunicação, expressamente, as medidas e prazos máximos para as correções e regularizações.
- 9.1.27.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.
- 9.1.28.** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos se estiverem em desacordo com as especificações deste Termo de Referência.
- 9.1.29.** Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.
- 9.1.30.** Atestar nas notas fiscais o efetivo fornecimento do objeto e o seu aceite.
- 9.1.31.** Efetuar os pagamentos à **CONTRATADA** nos termos do Edital e seus Anexos.
- 9.1.32.** Aplicar à **CONTRATADA** as sanções regulamentares e contratuais.
- 9.1.33.** A Prefeitura Municipal de Catalão não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados ao fornecimento do objeto do presente instrumento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.1.34.** Rescindir o Contrato, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Para garantir a segurança e requisitos técnicos e formais, é necessário que a aquisição seja feita em conjunto, podendo a **CONTRATADA** subcontratar as adaptações, porém permanecerá como responsável pelo conjunto e garantirá todas as certificações de capacidade técnica para a transformação do grafismo e equipamentos, além de atestar que as adaptações não afetarão a estrutura do veículo e/ou causar prejuízo ao erário, nem causar insegurança no trânsito.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:
- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - fraudar na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo; ou
 - cometer fraude fiscal.
- 11.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à

contratada as seguintes sanções:

I) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II) Multa de: (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida; (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida; (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato; (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “IV” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

11.4. As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” e “V” poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

| | |
|---|--|
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|---|--|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 7 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 8 | Substituir o preposto que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por dia; | 01 |
| 9 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 10 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 11 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada | 01 |

11.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

11.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

11.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, e quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

11.8.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade

competente.

11.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados, com base nos critérios previstos no Edital e anexos, pelo Município de Catalão, por intermédio da Requisitante que acompanhará a entrega do objeto, controlando os prazos estabelecidos para entrega e a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, notificando a empresa **CONTRATADA** a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

12.2. A fiscalização representará o Município de Catalão e terá as atribuições previstas no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. Prestar informações a respeito da entrega do produto e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à **CONTRATADA**;

- a) Manter o controle das Ordens de Fornecimento – OF emitidas e cumpridas, quando cabíveis;
- b) Verificar a conformidade da entrega do produto e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto deste instrumento e respectivas cláusulas;
- c) Atestar formalmente o fornecimento do objeto deste instrumento, as notas fiscais e as faturas correspondentes;

- d) Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade do produto fornecido pela **CONTRATADA**;
- e) Propor soluções para regularização das faltas e dos problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;
- f) Notificar a **CONTRATADA** quando necessário;
- g) Monitorar constantemente o nível de qualidade do produto e intervir para requerer à **CONTRATADA** a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), causados diretamente à Administração ou a terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes, gestores e fiscais, ficando a Prefeitura Municipal de Catalão autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** o valor correspondente aos danos sofridos.

12.5. No exercício de suas atribuições fica assegurado à Fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento.

12.6. Fiscal designado para esta contratação:

Adriano Soares Correia – Matrícula- 109224 – Cargo: Chefe do Departamento de Engenharia de Trânsito e Projetos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13. As alterações neste instrumento contratual que forem necessárias para a plena execução de suas finalidades, deverão obedecer aos ditames legais contidos no art. 124 da Lei 14.133/2021 de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, sempre devidamente fundamentadas e autorizadas pelas partes integrantes do presente pacto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

14.1. É vedado à Contratada:

14.2. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.3. Interromper a entrega sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

15.3. A Contratada reconhece os direitos do Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no Capítulo VIII - Das Hipóteses de Extinção dos Contratos

15.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

15.5. Balanço atualizado dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao previsto no Termo de Referência;

15.6. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.7. Indenizações e multas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES POR ATRASO NA EXECUÇÃO

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:

I) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II) Multa de: (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida; (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação

assumida; (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato; (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “IV” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

17.4. As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” e “V” poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|----------|---|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |

| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
|------------------------------------|--|----|
| 7 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 8 | Substituir o preposto que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por dia; | 01 |
| 9 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 10 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 11 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada | 01 |

17.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

17.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

17.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, e quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

17.8.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como

ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, seguindo o regramento imposto pela Lei n.º 14.133/2021 e TCM/GO.

19. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

19.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Catalão, Estado de Goiás.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Catalão-GO, 18 de junho de 2026.

Ronaldo Pereira Rosa
Superintendência Municipal de Trânsito – SMTC
CONTRATANTE

Alceu José da Silveira
Sinalceu Sinalização – Máquinas para Sinalização Viária Ltda. - ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ . CPF: _____

2. _____ . CPF: _____